

“A liberdade é o entendimento da necessidade”, Baruch de Spinoza (1677). Compreender a liberdade como consciência da responsabilidade é o primeiro ato de maturidade democrática. Só quem entende o valor do tempo e do compromisso reconhece que o voto é mais do que um direito: é a paciência da liberdade em ação.

A democracia é uma construção humana imperfeita, vulnerável e exigente, mas insubstituível. Foi essa a ideia central sublinhada por José Pedro Aguiar-Branco, Presidente da Assembleia da República, na conferência *“Democracia e Participação”*, realizada a 21 de outubro de 2025 na Universidade da Madeira, no âmbito das comemorações dos 50 anos da Autonomia Regional. As suas palavras, proferidas num espaço simbólico de saber e memória como o Colégio dos Jesuítas, ressoaram como um apelo à consciência cívica e à paciência política: a democracia dá trabalho, mas é também frágil. Esta afirmação, simultaneamente pragmática e filosófica, ecoa o pensamento de Jean Monnet, um dos arquitetos da integração europeia, para quem a democracia é um exercício de construção contínua e coletiva, dependente do compromisso ético de cada cidadão.

A paciência, o voto e a responsabilidade individual surgem neste discurso como virtudes democráticas fundamentais. A paciência, no sentido defendido por Aguiar-Branco, é a capacidade de sustentar o diálogo e o tempo das decisões num contexto dominado pela pressa digital. Num mundo que privilegia a instantaneidade e o espetáculo mediático, o apelo à lentidão democrática torna-se quase contracultural. Para Monnet (2024), a democracia é uma aprendizagem coletiva e progressiva, um edifício que se mantém de pé pela solidez das instituições e pela constância dos seus construtores. O político francês defendia que “nada é possível sem as pessoas e nada é duradouro sem as instituições”, reforçando que o equilíbrio entre idealismo e pragmatismo é o que distingue a política democrática das formas autoritárias de poder.

Na tradição da teoria política moderna, Dahl (2024) descreve a democracia como um processo em “constante reparação”, alimentado pela confiança mútua entre governantes e governados. Esta confiança é precisamente o que Aguiar-Branco identifica como o maior desafio do nosso tempo: a erosão da credibilidade institucional e o distanciamento entre representantes e eleitores. O voto, neste contexto, deixa de ser apenas um ato formal para tornar-se um vínculo moral de confiança recíproca. Urbinati (2024) reforça que a representação não é mera delegação de poder, mas um diálogo permanente que exige prestação de contas e acompanhamento crítico por parte dos cidadãos. O voto, quando

desprovido de consciência, transforma-se num ritual vazio; quando exercido com responsabilidade, torna-se um instrumento de soberania participativa.

A democracia contemporânea enfrenta, contudo, uma tensão crescente entre liberdade e manipulação informacional. Aguiar-Branco alertou para o paradoxo da era digital, em que o acesso sem filtro à informação não garante compreensão, e a multiplicação de opiniões não assegura pluralismo. “A liberdade de expressão tem consequências”, afirmou, lembrando que as palavras podem construir ou destruir. Esta advertência encontra eco nas análises de Sunstein (2024), que descreve as chamadas “bolhas de conforto informacional” criadas pelos algoritmos das redes sociais. Nelas, o cidadão é exposto apenas ao que confirma as suas crenças, perdendo contacto com a diversidade de perspectivas e com o contraditório, elementos essenciais à saúde democrática. A democracia, filtrada pela conveniência e pela emoção, transforma-se num espetáculo de aparência participativa, mas de substância frágil.

A questão da manipulação mediática é um dos temas mais sensíveis das democracias contemporâneas. A velocidade da informação ultrapassou a capacidade crítica das sociedades, criando um fenómeno que Monnet já intuía quando afirmava que “a política é a arte de tornar o necessário possível, e não o popular confortável”. O populismo digital, ao explorar a emotividade e a desinformação, ameaça substituir a deliberação racional pelo imediatismo das reações. Neste sentido, a “edição simpática” a que Aguiar-Branco refere-se, a tendência para mostrar apenas o que agrada, é um alerta ético: a verdade democrática depende da pluralidade e da coragem de mostrar o que é desconfortável.

Norberto Bobbio (2023) já advertia que o maior risco da democracia é o desinteresse cívico, pois “a indiferença é o prelúdio da servidão”. Quando o cidadão abdica do seu papel crítico e observa a política como espetáculo, enfraquece-se o alicerce da soberania popular. O desinteresse é, neste sentido, a antítese da paciência democrática. É mais fácil desistir da política do que suportar o tempo das negociações, a lentidão dos consensos e a incerteza do debate. Contudo, como lembra Boaventura de Sousa Santos (2024), a democracia morre não por golpes, mas por erosões graduais, pela normalização da apatia e pela banalização do erro ético. A fragilidade democrática é, portanto, uma consequência da nossa impaciência e da desvalorização da responsabilidade individual.

Ao associar o conceito de “paciência democrática” à educação, Aguiar-Branco reconhece o papel da universidade como espaço de formação de consciências e não apenas de

competências. A Universidade da Madeira, ao acolher a conferência, simboliza o lugar onde o pensamento crítico se encontra com a prática cidadã. Como sublinha Gadamer (2023), compreender é um ato ético e hermenêutico, um exercício de diálogo entre diferentes horizontes de sentido. O discurso político, quando lido neste enquadramento, é uma oportunidade de construção de sentido coletivo, uma partilha de racionalidade e de experiência que vai além da ideologia. Assim, a presença do Presidente da Assembleia da República na Madeira reforça a importância da proximidade institucional e da coesão territorial como fundamentos da democracia participativa.

A paciência democrática, tal como a entende Jean Monnet, é uma pedagogia do tempo. É o reconhecimento de que a transformação social requer maturidade, continuidade e perseverança. A liberdade, quando desprovida de responsabilidade, degenera em ruído; e o voto, quando exercido sem reflexão, converte-se em rotina. A “pedagogia da responsabilidade”, expressão que Monnet aplicava à construção europeia, ganha novo significado no contexto atual, em que as democracias enfrentam tanto a saturação informativa quanto o cansaço emocional das populações. A paciência, neste quadro, não é resignação, mas método: é o intervalo necessário entre a emoção e a decisão.

A democracia exige, portanto, um equilíbrio permanente entre lentidão e eficácia, entre liberdade e ordem, entre participação e responsabilidade. A sua força reside precisamente na vulnerabilidade, pois é essa fragilidade que a torna humana. Como recorda Aguiar-Branco, o trabalho democrático é de cada um, é um esforço coletivo de confiança e de construção de sentido. Em tempos de polarização e desinformação, a paciência democrática é o antídoto contra a intolerância e o ruído. O voto consciente é o seu instrumento de renovação, e a responsabilidade ética é o cimento que mantém a casa comum de pé.

A conferência “Democracia e Participação” na Universidade da Madeira constituiu, assim, um exemplo de cidadania ativa e de compromisso institucional. Ao cruzar as ideias de José Pedro Aguiar-Branco com as de Jean Monnet, percebe-se que a democracia não é uma conquista estática, mas uma obra inacabada que exige constante reparação. Requer tempo, ética e discernimento, sobretudo num mundo onde a informação circula mais depressa do que o pensamento. O maior ato de resistência democrática é, por isso, continuar a pensar, a dialogar e a votar, com paciência, lucidez e verdade. A Madeira, ao celebrar meio século de autonomia, confirma que a liberdade é um processo contínuo de aprendizagem e corresponsabilidade. A autonomia não é isolamento, mas partilha; a democracia não é rotina,

mas exercício; e o voto não é gesto, mas consciência. A democracia dá trabalho, e é este trabalho que a torna digna de ser defendida.

Referências Bibliográficas

Aguiar-Branco, J. P. (2025, 21 de outubro). *Conferência “Democracia e Participação”*. Universidade da Madeira.

Bobbio, N. (2023). *O Futuro da Democracia*. Lisboa: D. Quixote.

Dahl, R. (2024). *On Democracy* (Updated Edition). Yale University Press.

Gadamer, H.-G. (2023). *Verdade e Método*. Lisboa: Edições 70.

Monnet, J. (2024). *Mémoires*. Paris: Fayard.

Santos, B. S. (2024). *Democracia em Transição: Reinventar o Futuro Coletivo*. Coimbra: Almedina.

Sunstein, C. (2024). *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*. Princeton University Press.

Urbinati, N. (2024). *Democracy Disfigured: Opinion, Truth, and the People*. Harvard University Press.